

ENUNCIÇÃO E ESPAÇOS MENTAIS: CONEXÃO ENTRE SEMÂNTICA E COGNIÇÃO¹

Maria Regina de Carvalho Caseiro OLIVEIRA² PUC/MG
Renata Amaral TEIXEIRA³ PUC/MG

RESUMO: Este trabalho lida com um conceito de argumentatividade segundo o qual ela é uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso, detectável por determinadas operações léxico-sintático-discursivas que, na e pela enunciação, indiciam a criação e/ou promovem a articulação de espaços mentais/referenciais e orientam o processo de referenciação, fornecendo pistas que indiciam todo processamento discursivo. Dessa forma, pretendemos demonstrar como se dá a construção da significação pela mente humana à luz da teoria da Integração Conceptual, visando explicar quais tipos de conexões nossas mentes tendem a fazer e quais tipos de efeitos são produzidos por diferentes contextos com/em que operam.

ABSTRACT: The present work deals with a concept of argumentativity according to which it is a structure property of all and any discourse, detectable by particular lexical-syntactic-discursive operations that indicate the creation and/or promote the articulation of referential spaces and orientate the referentiation process in and by the enunciation, giving clues that indicate all the discursive processes. Thus, we intend to demonstrate how the construction of meaning by the human mind works in the light of the Conceptual Blending Theory.

1. Considerações iniciais

O objetivo deste trabalho é enfocar os processos e/ou operações subjacentes à produção de significados pela mente humana, à luz da Teoria da Integração Conceptual⁴, de uma teoria da enunciação – a de Benveniste – e das contribuições da Teoria da Argumentação na perspectiva do processamento discursivo. Uma das premissas básicas da primeira teoria é a de que as expressões lingüísticas, por si só, não portam sentidos, mas servem de guia para sua produção. Ao assumirmos essa premissa, consideramos, com base em Fauconnier e Turner (2002), que as formas lingüísticas desencadeiam os significados e esses se processam a partir das operações básicas, complexas e, na maioria das vezes, inconscientes, de Identificação, Integração e Imaginação, as quais constituem uma única operação mental, denominada Integração Conceptual. Por ser altamente criativa, essa operação é fundamental para o processo de produção de sentidos e crucial para os mais simples tipos de pensamentos.

Acresça-se a essas considerações uma concepção de linguagem como atividade lingüístico-cognitiva e social, na qual os interlocutores instituem-se como enunciadore e enunciatários, em um determinado tempo e espaço discursivos, em função da produção/recepção de textos, no e pelo estabelecimento de uma relação com o mundo e com o outro. Isso nos leva a conceber a linguagem como processo, como discurso⁵, como enunciação⁶, como processamento discursivo⁷, como atividade de interação social. Em consequência, os termos “texto” e “enunciado”, aqui, são entendidos como o resultado, como o produto da atividade discursiva, um produto que é, necessária e simultaneamente, um dos fatores constituintes do processamento discursivo.

¹ Agradecemos a CAPES pelo apoio financeiro ao desenvolvimento de nossa pesquisa.

² Contato: pagerio@uai.com.br

³ Contato: re.amaral@terra.com.br

⁴Essa teoria foi proposta inicialmente por Fauconnier e seus colaboradores (1984, 1994, 1996 e 1997) e teve alguns aspectos reformulados em Fauconnier e Turner (2002).

⁵ O termo ‘discurso’ é empregado, neste estudo, como a própria atividade de linguagem.

⁶ O termo ‘enunciação’ é empregado, neste trabalho, na perspectiva benvenistiana, e “consiste em colocar a língua em funcionamento por um ato individual de sua realização”. Como postula Émile Benveniste, “a enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado”, o que evidencia o caráter processual da enunciação.

⁷ A expressão ‘processamento discursivo’ é usada para nos referirmos a “qualquer ação de linguagem que envolva a produção de texto/sentido” (Nascimento e Oliveira, 2004).

Finalmente, uma vez concebida a argumentação como atividade estruturante de todo e qualquer discurso, escolhamos como *corpus* um discurso político do candidato José Serra (PSDB) que tem como tema a segurança pública. Trata-se de um texto destinado a ser apresentado via televisão que foi retirado de um programa eleitoral da campanha presidencial do ano de 2002. Ao escolher esse *corpus*, nosso objetivo é o de corroborar a hipótese de que todo esse processo se dá pela construção e integração de espaços referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação.

2. Considerações teóricas

2.1. Por uma noção de Instância de Enunciação

Com base em Benveniste (1989), em seu artigo intitulado “O aparelho formal da enunciação”, a Instância de Enunciação pode ser considerada um modelo de organização dialógica, o qual especifica o processo de construção das relações entre enunciador/enunciatório, situados em um determinado tempo e espaço discursivos, como fatores constituintes da referência discursiva. Cremos que, se corretamente interpretamos o pensamento de Benveniste, esse modelo pode ser considerado como parte essencial da competência lingüística dos falantes de qualquer língua, devendo ser levado em conta sempre que nos referirmos a termos como linguagem, enunciação, discurso.

Segundo Benveniste (1989), “*todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante (...), mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso*” (p. 68). Esse “modelo constante”, a que Benveniste denomina *Aparelho Formal da Enunciação*, tem sido representado, por alguns autores, através do seguinte gráfico:

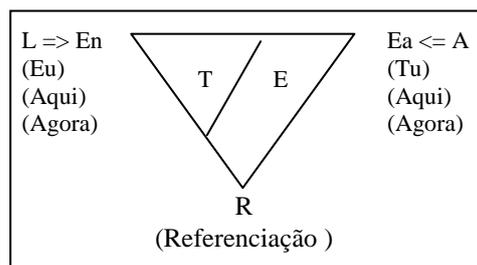


Figura 1: **Aparelho Formal da Enunciação**

Essa representação nos possibilita visualizar os fatores necessariamente envolvidos na instanciação do *Aparelho Formal da Enunciação*, na implementação do processamento discursivo: um locutor (L), que se institui como enunciador (En) na e pela atividade lingüística; um alocutário (A), co-instituído na e pela atividade lingüística como enunciatório (Ea); ambos se instituindo lingüístico-cognitivamente num tempo (T) e num espaço (E) discursivos, construindo a referência (R) que se constitui a partir da necessidade de o locutor e alocutário falarem sobre um determinado assunto, ou seja, de co-referirem no e pelo discurso. Nesta operação de discursivização, de instauração da fala, evidencia-se a “*operação básica de referenciação*”⁸, a qual, segundo Nascimento e Oliveira (2004, p.289), é caracterizada pela ação do locutor que, na implementação do processamento discursivo, institui-se como enunciador e postula o outro, o alocutário, como enunciatório, num processo de co-referenciação, no e pelo discurso.

Ressalta-se, ainda, que a referência é um aspecto fundamental a ser considerado no processo de enunciação. Na perspectiva benvenistiana, como já dissemos, “*a referência é parte integrante da enunciação*”. Ela é desencadeada pela possibilidade e, principalmente, pela necessidade de cada locutor se transformar em um co-locutor, em um ato, um processo de referenciação, de co-referenciação. Segundo Benveniste (1989, p.84),

⁸ Em outras palavras, compreendemos a referenciação como “produção/construção de sentidos”.

...na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.(BENVENISTE, 1989, p.84)

Assim, consideramos que a referência não está contida, pronta e acabada nas formas lingüísticas, pois ela é co-construída no/pelo discurso, não sendo, portanto, imanente ao texto. Dessa forma, o significado é construído dialogicamente no curso da interação verbal.

Não obstante a maneira bastante sucinta, cabe-nos ainda descrever, neste item, como se dá a criação e articulação de instâncias de enunciação no processamento discursivo. Segundo mostra Magalhães (1998, p.105), duas são as operações básicas, as “formas de dizer”, responsáveis pela instauração de instâncias enunciativas. Para ela, essas “*formas do dizer*” englobam um conjunto bem maior de itens lexicais e/ou recursos lingüísticos do que aqueles arrolados pela Gramática Tradicional. Sendo assim, ela apresenta esses recursos lingüísticos como forma de se instituírem os vários planos enunciativos no discurso. O primeiro deles é a *situação default*, mecanismo utilizado pelo locutor para se instituir discursivamente como enunciador num determinado tempo e lugar discursivos, trabalho que é realizado por meio das desinências temporais e pessoais afixadas às formas verbais do(s) enunciado(s) que profere. Já o outro mecanismo – o da utilização de expressões *dicendi* – articula instâncias enunciativas a partir de um plano básico já estabelecido. Esse mecanismo se constitui de mecanismos diversificados com a utilização de: a) verbos *dicendi* (dizer, citar, afirmar, etc.); b) alguns verbos não-*dicendi* (os verbos *atacar, ferir, machucar*, etc. que instrumentalizam o dizer); c) nomes deverbais de verbos *dicendi* (*conversa, declaração, diálogo, sussurro, promessa, etc.*, que derivam dos verbos correspondentes); d) “termos de elocução” (constituídos por substantivos, formalizam uma elocução, mas não são derivados de verbos, por exemplos: *tese, lei, cláusula, texto, plebiscito, concepção, autor*, e outros nomes análogos atuam como *formas de dizer*); e) recursos da escrita (os parênteses, as aspas e o travessão).

2.2. Por uma noção de Argumentatividade na e pela linguagem

Segundo Neves (1987), os primeiros estudos lingüísticos tiveram início na Grécia, por volta do séc. V a.C. e tinham um cunho estritamente filosófico . A linguagem é vista como uma realidade sonora e é na medida em que a palavra persuade que ela se concretiza na ação. A força persuasiva da palavra evidencia-se à medida que engana e essa foi a tônica desenvolvida pelas atividades dos sofistas no ensino da arte política. A palavra se projeta, então, como instrumento de poder. Não obstante o pensamento helênico acerca do papel da linguagem na vida humana, os estudos realizados posteriormente foram aos poucos se distanciando desse ideal de maneira a privilegiar aspectos da estrutura das línguas de modo geral. Assim, estudos circunscritos à sentença, à estrutura do enunciado obtinham cada vez maior proeminência em detrimento daqueles já iniciados pelos gregos no âmbito das condições reais de produção/recepção de textos.

Na tentativa de retomar essa perspectiva discursiva nos estudos da linguagem, o advento da Lingüística Textual colocou em cena a pragmática como elemento de fundamental importância para a compreensão da linguagem como atividade de interação. Vários foram os estudiosos que desenvolveram novas teorias tendo como base essa concepção. Assumindo o que preconiza Benveniste, Koch (1999, p.21) enfatiza que, ao se apropriar da língua para produzir um discurso, o homem não apenas pensa em comunicar algo, mas, principalmente, em interagir socialmente. Dessa forma, pode-se depreender que, se a referência não está no mundo, mas é criada pela linguagem, esta se constitui em um jogo argumentativo. Ao fazer tal afirmativa, compreende-se que o ato de designação por meio da língua é realizado dentro de um determinado tempo e de um determinado espaço, numa determinada situação de interlocução, ou seja, o processo de significação é concebido a partir de condições historicamente determinadas. Assim, segundo Koch (2005, p.33),

... a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do

próprio real. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constróem-se no próprio processo de interação. A realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela formas como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele. (KOCH, 2005, p.33)

Entender como se processa a referenciação é fundamental quando o que se pretende é demonstrar que o processo de argumentar se dá pela construção e integração de espaços referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação. Segundo Koch (1999), a argumentatividade está inscrita no nível fundamental de toda produção discursiva, sendo, pois, uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso. Tal afirmação tem razão de ser, uma vez que o homem, parte integrante de um contexto sócio-histórico-cultural, usa a linguagem para se constituir como sujeito, marcando suas posições. Dessa maneira, a aparente neutralidade em qualquer discurso já é, por si própria, uma forma de marcar uma posição, de veicular valores e ideologias.

Para o desenvolvimento deste trabalho, assumiremos, da Teoria da Argumentação, que as técnicas discursivas visam a provocar ou a aumentar a adesão/engajamento das mentes às teses que se apresentam ao seu assentimento, tendo-se em vista que na argumentação não se separa a razão da vontade, nem a teoria da prática. Diante disso, do quadro teórico de Perelman (1987) e de Perelman e Tyteca (2002), interessa-nos, de início, a visão de que o ato de argumentar implica sempre no engajamento do interlocutor, seu consentimento, sua participação mental; sendo importante considerar nesse processo o que é presumidamente admitido pelos ouvintes, o que constrói a relação entre enunciador e enunciatário, condição para a argumentação, a qual se fundamenta pelos objetos do acordo (fatos, verdades, presunções, valores, lugares-comuns) expressos discursivamente de modo estratégico.

2.3. Por uma noção de Integração Conceptual

Uma vez que neste trabalho pretende-se demonstrar que o processo de argumentar se dá pela construção e integração de espaços referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação, torna-se necessário considerar os pressupostos de uma outra teoria - a dos Espaços Mentais - segundo a qual o processamento discursivo resulta de operações mentais que se indiciam na materialidade do texto. Segundo Fauconnier (1984,1997) e Fauconnier & Sweetser (1996), os espaços mentais são ativados por expressões lingüísticas e resultam da interação entre determinadas conexões cognitivas e a riqueza e a variedade de expressões lingüísticas das línguas naturais. O avanço dos estudos referentes a essa teoria permitiu a reformulação de alguns de seus pressupostos, desenvolvendo a Teoria da Integração Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002), que tem como enfoque central os estudos relativos às formas e aos significados. Nessa teoria, os autores postulam que não existe dicotomia entre forma e significado e, sim, um elo indissolúvel entre eles. Com base nesse postulado, o processamento discursivo é compreendido como a instanciação de operações mentais que se indiciam na materialidade do texto, seja oral ou escrito, o que nos leva a considerar não somente a importância da palavra, mas o contexto de sua produção e demais informações processadas cognitivamente no processamento discursivo.

Ao assumirmos esse entendimento, torna-se essencial examinar quais tipos de conexões nossas mentes tendem a fazer e quais tipos de efeitos são produzidos por diferentes contextos em/com que operam. A criação e a articulação de espaços mentais podem ser consideradas uma dessas conexões, por serem eles definidos como constructos⁹ mentais necessariamente constituídos no processamento de todo e qualquer discurso, a partir de pistas oferecidas pelas expressões lingüísticas materializadas no texto.

⁹ Segundo Houaiss, constructo é "uma construção puramente mental, criada a partir de elementos mais simples, para ser parte de uma teoria". Pedimos, então, desculpas ao nosso leitor pela circularidade da definição por nós apresentada, mas, ao mesmo tempo, justificamo-nos, visto ser essa a nomenclatura utilizada pelos autores nos quais nos baseamos.

2.3.1. Operação básica de Integração Conceptual

Com ênfase na operação básica de Integração Conceptual, Fauconnier e Turner (2002)¹⁰ postulam que a mente humana, criando e integrando espaços mentais, projeta estruturas de uns espaços para outros, à medida que avançamos na produção e gestão do processamento discursivo. Nessa perspectiva teórica, a obra *The way we think* apresenta-se como um abrangente estudo sobre os processos subjacentes à produção de significados pela mente humana, partindo do princípio de que a construção de sentido ocorre através de operações complexas e quase sempre inconscientes, sendo a Integração Conceptual, reiteramos, a operação básica do processamento cognitivo.

Essa operação mental básica (Integração Conceptual) ocorre essencialmente por meio do processo denominado “*Blending*”¹¹, o qual envolve, no mínimo, a integração de dois espaços, o factual e o seu contrafactual, na produção de significados emergentes. Trata-se, concisamente, de uma e única operação mental, a qual se divide, para fins metodológicos, em três sub-operações: i) *Identificação*, que realiza operações de reconhecimento de identidades, igualdades, semelhanças, diferenças, contrastes, etc., entre dois domínios cognitivos indiciados por itens e/ou expressões lexicais ativadas; ii) *Integração*, que realiza a conexão entre os domínios léxico-sintático-discursivos ativados; iii) e a *Imaginação*, que, simultânea e concomitantemente com essas duas operações, realiza, através da projeção de dois ou mais domínios cognitivos, a configuração do sentido pretendido pelo locutor em sua interação discursiva com o alocutário (cf. Fauconnier e Turner, 2002, p. 6).

No âmbito dessa questão, considera-se que a Integração Conceptual é efetuada pela mente humana através da compressão e da descompressão¹², no espaço *blend*, de estruturas de significados possibilitadas por Relações Vitais¹³. À luz da Teoria da Integração Conceptual, essas relações podem ser concebidas como princípios da mente, os quais a possibilitam efetivar as operações de Identificação, Integração e Imaginação. Nessa perspectiva, as Relações Vitais são vistas como relações conceptuais necessárias à integração de espaços mentais de natureza distinta e desempenham um papel fundamental na configuração da rede desses espaços.

2.3.2. A contrafactualidade e a configuração de redes de espaços mentais

Na perspectiva da Teoria da Integração Conceptual, a contrafactualidade, mais do que uma Relação Vital, é uma propriedade da mente humana. Propriedade essa que tem um papel central não apenas no modo como pensamos, mas, também, no modo como aprendemos e vivemos, sendo, portanto, essencial para a produção/construção e a compreensão dos sentidos que a mente humana produz.

A contrafactualidade, considerada como um centro nervoso do/no processo de produção de sentido, é fundamental para a indicição de todas as formas de Relações Vitais (tempo, espaço, identidade, mudanças, etc.) e para a Identificação e Integração de diferentes tipos de espaços mentais. Considerada em sua manifestação “visível”, em seus resultados em termos de ações manifestas, a contrafactualidade, enquanto propriedade da mente, pode ser compreendida como uma forçada incompatibilidade entre espaços mentais de natureza distinta. À guisa de exemplo, a fim de tornar mais claro o quadro teórico que estamos delineando, tomamos o seguinte enunciado encontrado em Fauconnier e Turner (2002):

(1) "Não há leite no refrigerador".

¹⁰ Na obra *The way we think*, Fauconnier e Turner(2002) ratificam alguns pressupostos sobre a Teoria de Espaços Mentais e fazem algumas reformulações, especialmente no que se refere à capacidade da mente humana para fazer Integrações de Duplo Escopo/Espaço.

¹¹ Neste trabalho, consideraremos “*Blending*” como “Mesclagem”, como “Fusão” entre Espaços Mentais/Referenciais.

¹² Há possibilidades múltiplas de compressão e descompressão para a topologia dos Espaços Mentais: tipos de conexão, tipos de projeção, emergência e a riqueza do mundo produzem uma vasta gama de possíveis tipos de redes de integração.

¹³ Segundo Fauconnier e Turner(2002), podemos destacar, entre outras, as Relações Vitais de variação ou mudança, identidade, tempo, espaço, causa-efeito, parte-todo, representação, papel-valor, analogia, contrafactualidade, propriedade, similaridade, categoria e intencionalidade.

Observemos que, a partir das pistas lingüísticas presentes no enunciado, a mente humana é capaz de construir de modo simultâneo dois espaços incompatíveis entre si e, ao mesmo tempo, complementares, quais sejam: o primeiro é o da realidade do falante, o factual, o espaço que nos indica não haver leite no refrigerador; já o segundo, o seu contrafactual, indica ser o refrigerador o local onde normalmente se espera encontrá-lo. O mesmo não aconteceria se, em vez de *leite*, disséssemos que no refrigerador não há *sapatos*, *roupas* ou qualquer outro elemento que estabelecesse uma relação absurda de acordo com o conhecimento compartilhado que temos do mundo em que vivemos.

Em suma, a contrafactualidade consiste na habilidade humana de operar mentalmente com mundos, através da criação, através da Integração de espaços mentais, de um mundo imagético, contrafactual, contraparte do mundo da realidade discursiva do falante (Espaço-R). Isso implica assumir que as operações mentais de Identificação, Integração e Imaginação, através das quais a mente humana constrói sentidos, envolvem, necessariamente, a contrafactualidade.

Ao realizar essas operações, a mente humana aciona e integra, simultânea e inevitavelmente, espaços mentais diversos, projetando-os sempre num e único espaço imagético em que se configura o sentido. De acordo com a Teoria da Integração Conceptual, ao fazer isso, no processamento discursivo, o falante/ouvinte realiza a operação de Integração Conceptual, constituindo uma “Rede Conceptual Integrada” que apresenta, em sua forma menos complexa, quatro espaços mentais: o Espaço de Entrada 1 (Espaço *Input 1*), o Espaço de Entrada 2 (Espaço *Input 2*), o Espaço Genérico e o Espaço Integrado (*Blend*). Esse processo de integração de espaços pode ser visualizado na figura abaixo, transcrita de Fauconnier e Turner (2002, p.46).

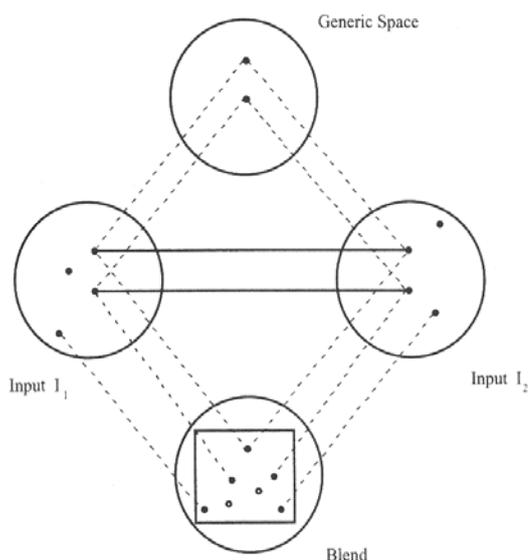


Figura 2: **Rede Conceptual Integrada**

Compreendemos o Espaço Genérico como o espaço onde se conectam as informações gerais comuns aos dois Espaços de Entrada (*Input 1* e *Input 2*), os quais se apresentam, naturalmente, como domínios cognitivos diferenciados - parte e contraparte . Correspondem a estruturas parciais sem as quais não pode ocorrer a formação da mescla. Já o Espaço Integrado (*Blend*)/espaço da mescla, é o lugar onde se projetam estruturas captadas nos demais espaços para que se dê o processo de referenciação. É importante ressaltar ainda que este espaço apresenta uma configuração distinta, original, uma vez que os elementos que o compõem não existiam nos espaços de entrada, mas foram constituídos pelo processo de mesclagem. Também é necessário dizer que essa é uma representação mínima, uma vez que uma mescla pode servir como entrada a outras mesclas, formando conexões em uma rede de integração.

2.4. Articulação Teórica: Instância de Enunciação como Espaço Mental

No desenvolvimento deste estudo, uma Instância de Enunciação¹⁴, “lugar” de construção da referência, será concebida como espaço referencial básico¹⁵ necessariamente envolvido no processamento discursivo, implementado e gerido pelas ações dos falantes/ouvintes. Na perspectiva deste trabalho, isso é possível porque estabelecemos uma articulação teórica entre um modelo de funcionamento da mente – a Teoria da Integração Conceptual (cf. Fauconnier e Turner, 2002) – e um modelo de organização dialógica - a Teoria da Enunciação (cf. Benveniste, 89), objetivando tratar da construção de sentidos, da construção lingüístico-cognitiva da referência.

Ao assumirmos esse pressuposto, estamos considerando que a implementação do processamento discursivo implica a criação de uma Instância Enunciativa Zero¹⁶, aqui equivalente ao Espaço-Base de que tratam Fauconnier e Turner (2002). Entende-se o Espaço- base como a organização formal – o aparelho formal da enunciação – necessariamente constituinte do processo de discursivização, de fala, na configuração da representação lingüístico-cognitiva da situação de interlocução. Fauconnier (1984,1997), Fauconnier & Sweetser (1996) e Fauconnier & Turner (2002) denominam tal espaço “Espaço-Origem, Espaço-R ou Espaço da ‘realidade’ do falante”. É no interior do Espaço-Base que se constituem e se articulam outros tipos de espaços constituintes do processamento discursivo. Diante disso, assumimos, com Martins (2000), que a “*Instância de Enunciação*” é o espaço mental primitivo, base para a criação e articulação de todo e qualquer espaço mental, considerando, no entanto, que toda instância de enunciação é um espaço mental, aqui chamado referencial, embora nem todo espaço mental seja uma instância de enunciação, conforme afirma Cavalcante (2002). Há espaços mentais que, por não serem constituídos a partir de *formas do dizer*¹⁷, não são instâncias de enunciação, mas são constituídos, inevitavelmente, no interior dela. Nessa perspectiva, estamos considerando que um texto é formado por uma rede de espaços referenciais que são constituídos ou delimitados por instâncias de enunciação.

2.5. Síntese

Para enfocarmos, neste breve estudo, os processos e/ou operações subjacentes à produção de significados pela mente humana, fez-se necessária a construção de um quadro de referência teórica que pudéssemos adotar na condução deste trabalho. Esse quadro teórico se construiu a partir do estabelecimento de uma interface entre a Teoria da Integração Conceptual e uma Teoria da Enunciação, acrescidas das contribuições da Teoria da Argumentação, o que é possível, somente, pelo fato de essas teorias considerarem a linguagem como atividade discursiva. Salientamos, contudo, que nem todos os elementos constitutivos dessas teorias são considerados relevantes para o quadro teórico que ora apresentamos, com vista à análise do *corpus* selecionado.

Em síntese, do quadro teórico de Benveniste (1989, 1995) consideramos, essencialmente, as operações envolvidas na criação e articulação de Instâncias de Enunciação, no que tange às especificações do processo de construção das relações entre enunciador e enunciatário, situados em um determinado tempo e espaço discursivos, como fatores constituintes da referência discursiva, bem como a consideração de que a Instância de Enunciação é o espaço primitivo da fala, aquilo que Fauconnier e Turner (2002) denominam espaço-base.

Do quadro teórico de Fauconnier e Turner (2002), levamos em conta a proposição de que as expressões lingüísticas por si só não portam sentidos, mas servem de gatilho para sua produção. Assumimos, então, que é por meio da ativação de determinadas expressões lingüísticas, ou seja, ao se colocar a língua em

¹⁴ Na perspectiva de Benveniste, 1989/1995.

¹⁵ Na perspectiva de Fauconnier e Turner (2002), ao tratarmos da produção de sentidos pela mente humana, à luz da Teoria da Integração Conceptual, podemos remeter tanto a Espaços Mentais como a Espaços Referenciais. Há uma sutil diferença entre eles. Todos os espaços de referência (referenciais) são espaços mentais, mas nem todos os espaços mentais são espaços de referência, espaços constituídos no processamento discursivo. Em linhas gerais, os espaços mentais remetem a uma noção mais ampla do que aquela a que remetem os espaços referenciais. Neste trabalho, não explicitaremos melhor esses pormenores por entendermos que estão além do escopo de nossa proposta.

¹⁶ A Instância Enunciativa Zero também é conhecida pelo nome de situação *default*, já descrita no tem 2.1.

¹⁷ Essas formas de dizer já foram brevemente descritas no item 2.1.

funcionamento, que a mente humana produz sentidos, através da criação e articulação simultânea e dinâmica das redes de espaços mentais (referenciais), por meio da operação básica da mente, a Integração Conceptual, a qual é propiciada pela compressão e descompressão de Relações Vitais. Nesse contexto, estamos levando em conta que o nosso pensamento é contrafactual e que opera, sempre, e no mínimo, com dois espaços, o factual e o seu contrafactual.

Nessa perspectiva, consideramos que a argumentatividade é algo que permeia todo processamento discursivo que se efetiva por intermédio da criação e articulação de Instâncias de Enunciação, da criação e articulação de espaços mentais/referenciais, materializadas pela riqueza e variedade de expressões lingüísticas das línguas naturais. Além disso, assumimos, com Cavalcante (2002), que toda instância de enunciação é um espaço mental primitivo (base), embora nem todo espaço mental seja uma instância de enunciação. Isso porque uma instância de enunciação sempre é o espaço básico para algum outro espaço mental/referencial, que pode ser, ou não, uma outra instância de enunciação.

Convém ressaltar ainda que a escolha do arcabouço teórico no qual nos apoiamos a fim de tentar efetivar a tarefa a que nos propusemos, qual seja, a de verificar quais operações nossa mente é capaz de realizar para produzir sentidos e, ao mesmo tempo, reiterar a concepção de que a argumentação é a atividade estruturante de todo e qualquer discurso, não se deu de maneira casual. Nos estudos lingüísticos desenvolvidos aqui no Brasil, encontramos também importantes contribuições que, implícita ou até mesmo explicitamente, fazem menção aos pressupostos teóricos a que nos referimos. Podemos verificar em Salomão (2005), Miranda (1999) e em Marcuschi (2001 e 2005), somente para citar alguns dos autores nos quais nos fundamentamos para realizar este trabalho, pontos de convergência com as teorias aqui adotadas, tais como:

Em lugar de postular uma teoria das capacidades dos sistemas matemáticos, tão ao gosto da lingüística formalista das últimas décadas, o modelo dos espaços mentais articula-se a partir das capacidades da mente humana. Nesse enquadre, o modelo alinha-se com uma perspectiva inovadora da cognição que, confrontando-se com as teorias modularistas da mente, considera a organização cognitiva como um conjunto integrado de sistemas dentre os quais estão a linguagem e a estrutura sociocultural. Em outros termos, postula-se a linguagem como um instrumento cognitivo. (MIRANDA, 1999, p 81.)

Entre as abordagens processuais da referência, parece-nos mais promissora a teoria dos espaços mentais, desenvolvida por Gilles Fauconnier (...). Assim é que problemas clássicos dos estudos da referência têm encontrado nesta teoria soluções elegantes e persuasivas. (SALOMÃO, 2005, p.155)

Os processos de Integração/Mesclagem Conceptual de que tratamos, decisivos para a interpretação simbólica e, nestes termos, para a ordenação de nossa relação com o mundo, encontram a mais nobre de suas aplicações na constituição da própria cena comunicativa de que participamos como pessoas do discurso e na qual radicamos toda a experiência de percepção, concepção, referenciação e identificação das coisas. (SALOMÃO, 2005, p.163)

Vários estudos recentes sobre as anáforas, em especial, as anáforas indiretas, analisam a questão. (...) Ultimamente, inclino-me cada vez mais a considerar as teorias dos espaços mentais e das mesclas de domínios conceituais, tal como vêm sendo desenvolvidos por Gilles Fauconnier (1985, 1997) e, entre nós, por Margarida Salomão (1999) como uma das melhores abordagens dos processos de referenciação como atividades interativas e não operações lingüísticas.(MARCUSCHI, 2001, p.39)

Como ser dotado de razão e vontade, o homem constantemente avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso - ação verbal dotada de intencionalidade - tenta influir sobre o comportamento do outro, ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. (KOCH, 1999, p.19)

Isso posto, passaremos à análise do *corpus* selecionado, à luz dos princípios e pressupostos teóricos aqui delineados.

3 – Análise

3.1. Apresentação do corpus

Partimos do pressuposto de que o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental e que todo esse processo se dá pela construção e integração de espaços referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação. Em vista disso, decidimos trabalhar com um discurso político, pois consideramos ser este um domínio discursivo essencialmente argumentativo e, também, por pressupormos apresentar uma gama de fatores que podem ser analisados, o que contribuirá positivamente para o nosso trabalho.

Para tanto, escolhemos como *corpus* o texto abaixo, o qual foi retirado de um programa eleitoral da campanha presidencial do ano de 2002. Trata-se de um discurso político do candidato José Serra (PSDB), destinado a ser apresentado via televisão. Esse discurso foi ao ar no dia 20/08/2002, às 20h30min, tendo como tema a segurança pública. Não obstante o fato de ser um texto oralizado, será assumido por nós, neste trabalho, como texto escrito, o que não influenciará no alcance do nosso propósito: demonstrar como se dá a construção de sentidos pela mente humana à luz das teorias da Integração Conceptual, da argumentatividade e da enunciação na perspectiva de Benveniste.

3.1.1. O corpus¹⁸

Candidato: José Serra – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Tema: Segurança

Data: 20/08/02, às 20h30min

“Eu me lembro muito bem quando tinha oito anos de idade. Meu pai me levando pela mão pelo Mercado Municipal Central de São Paulo. Você não sabe, mas meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca. Quando penso no meu pai, eu me lembro do barulho daquele mercado e dele trabalhando sete dias por semana. Nós morávamos numa vila. Meus avós, lá perto. Éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna. Estudava numa escola pública lá no bairro mesmo, onde a gente vivia tranqüilo. Meu pai podia voltar para casa, à noite, com o dinheiro da venda de sua banca de frutas e sequer lhe passava pela cabeça que pudesse ser assaltado. Esta é a essência do meu sonho de mudança para este país. Eu quero resgatar a dignidade da vida dos trabalhadores.” (...) Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessário. E vamos mudar não é apenas porque eu queira, não, é porque o país quer e, aí, a questão do combate à violência, que hoje é obrigação dos governantes estaduais, vai ser também de responsabilidade do Governo Federal. E por isso nós teremos o Ministério da Segurança Pública que eu vou criar.”

3.2. Procedimentos metodológicos adotados na análise do texto

Para analisarmos o texto que constitui o *corpus* deste trabalho, a fim de demonstrarmos como os espaços mentais (referenciais) são criados e integrados no processamento discursivo, adotaremos os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) leitura do texto, identificando a contraposição estabelecida a partir da implementação de dois tipos de instâncias enunciativas, dois tipos de espaços mentais, de espaços discursivos: o espaço da instância enunciativa básica configura a referência global do texto que, ao mesmo tempo, integra todos os demais espaços referenciais e a estes se contrapõe ;

¹⁸ Agradecemos à Maria Aparecida Furtado pela gentileza de ceder-nos as gravações relacionadas à campanha eleitoral do ano de 2002.

- b) identificação dos recursos (mecanismos) léxico-sintático-discursivos utilizados nos processos que implementam a contraposição dos espaços discursivos, quer através de comparações entre a instância básica e espaços por ela integrados, quer entre espaços integrados entre si;
- c) verificação de como a criação e integração de espaços referenciais se constituem como um recurso básico da argumentação, tendo como implicação a persuasão do auditório.

3.3. Análise do corpus

A primeira consideração a ser feita a propósito de uma análise, na perspectiva pretendida, é que a realização da operação mental básica de Integração Conceptual traz em seu âmago a articulação de outras três operações, a saber: Identificação, Integração e Imaginação. Dessa forma, a mente humana aciona e integra, simultânea e inevitavelmente, espaços mentais diversos, projetando-os sempre num e único espaço imagético em que se configura o sentido emergente. A mente humana, ao fazer isso, está criando, constituindo cenários enunciativos, os quais, no caso do texto em estudo, consideramos ser, na sua modalidade típica de integração de espaços mentais/referenciais, essencialmente argumentativos.

No discurso utilizado por nós como *corpus*, podemos perceber que o locutor José Serra se apropria da língua, assumindo o papel de candidato, e se institui como enunciador; simultaneamente, institui o outro, o telespectador, alocutário, como enunciatário. No âmbito do espaço-base implementam-se, simultaneamente, o espaço da realidade do enunciador - o do candidato - e o seu contrafactual - o espaço de um público eleitor em potencial. Interessante notar aqui como a escolha dos itens lexicais de que se compõe o enunciado vai nos fornecer as pistas necessárias para a referenciação da relação enunciador/enunciatário. Na configuração lingüística dessa relação, percebemos ser José Serra um enunciador que tenta se apresentar como alguém cujos valores se coadunam com os anseios de seu enunciatário, um povo trabalhador, humilde, honesto, enfim, a grande maioria do eleitorado brasileiro. Conhecedor de que o candidato oponente representa melhor esse perfil e que, por essa razão, lidera as pesquisas de opinião pública, a primeira estratégia de que se vale é a de se despir da imagem de representante das elites brasileiras e, ao mesmo tempo, auto-representar-se como alguém do povo através da ativação de expressões lingüísticas, tais como: "*meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca*", "*lembro dele trabalhando sete dias por semana*", "*éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna*".

A partir da contraposição entre esses dois espaços, vários outros espaços são criados e integrados no interior do espaço-base, espaço primitivo da fala do candidato José Serra, com vista a conduzir o "auditório" ao fim pretendido, ou seja, merecer o voto do eleitor. Num deles, à realidade do enunciador se contrapõem espaços de imaginação - como será seu governo - e de recordação - fatos de quando o candidato era menino. Esses espaços são implementados e simultaneamente contrapostos por itens lexicais do tipo "*essência do meu sonho, lembro, quando tinha oito anos, quando penso*". Vejamos:

"Eu me lembro muito bem quando tinha oito anos de idade. Meu pai me levando pela mão pelo Mercado Municipal Central de São Paulo. Você não sabe, mas meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca. Quando penso no meu pai, eu me lembro do barulho daquele mercado e dele trabalhando sete dias por semana. Nós morávamos numa vila. Meus avós, lá perto. Éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna. Estudava numa escola pública lá no bairro mesmo, onde a gente vivia tranqüilo. Meu pai podia voltar para casa, à noite, com o dinheiro da venda de sua banca de frutas e sequer lhe passava pela cabeça que pudesse ser assaltado. Esta é a essência do meu sonho de mudança para este país. Eu quero resgatar a dignidade da vida dos trabalhadores."

Também podemos contrapor os espaços "vida digna" versus "vida indigna" no discurso do candidato. Salientamos aqui como o espaço "vida digna" é capaz de representar com tanta propriedade o papel da mente

humana na produção de sentidos. Esse espaço remete a tempos totalmente diferentes - um deles é o da recordação do candidato, e o outro, o da imaginação, posterior ao da eleição, o qual será resgatado, num futuro cronológico, caso o candidato José Serra seja eleito - e, em ambos os casos, ocorre a contraposição em relação ao espaço “vida indigna” que se refere ao atual estado de coisas, quando nos sentimos constantemente ameaçados. Ressalte-se aí o fato de como, ao acionar e integrar simultânea e dinamicamente espaços mentais/referenciais diversos, por meio da operação básica da mente, a Integração Conceptual, configuram-se sentidos emergentes projetados sempre como um e único espaço imagético que vai sendo discursivamente (re)configurado. Integrando esses espaços, podemos dizer que o argumento central do trecho consiste no fato de que o candidato quer dar ao Brasil o que há de melhor, segundo sua avaliação, e foi perdido em outros governos. E isso será possível porque o candidato tem conhecimento do que é o melhor: na proposta de José Serra, uma vida digna equivale a uma vida “sem violência”. Tudo isso se constitui como argumento a favor da sua eleição para presidente.

Podemos observar, também, a implementação de um outro espaço, por parte do candidato, que é o de uma informação nova à qual a maioria de seu público ainda não teve acesso. Através da expressão “*Você não sabe, mas...*”, contrapõem-se dois espaços: o do enunciador que, embora não pareça, conhece a realidade das classes menos favorecidas economicamente - afinal, “*estudava numa escola pública lá no bairro mesmo*” - e o do enunciatário, a maioria da população brasileira que não conhecia a vida pregressa do candidato.

No trecho abaixo, seqüência do discurso do candidato José Serra, podemos ver a contraposição dos espaços “opinião do candidato” e “opinião do povo” que se integram, visando a evidenciar a compatibilidade existente entre a opinião do candidato José Serra e a opinião popular. Isso consiste num argumento a mais em favor da eleição desse candidato à presidência da República. Observe-se:

“Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessário. É vamos mudar não é apenas porque eu queira, não, é porque o país quer e, aí, a questão do combate à violência, que hoje é obrigação dos governantes estaduais, vai ser também de responsabilidade do Governo Federal. E por isso nós teremos o Ministério da Segurança Pública que eu vou criar.”

Outra contraposição que se percebe no trecho reside na relação estabelecida entre o governo federal e o governo estadual no tocante à questão do combate à violência. No governo atual, “*é obrigação dos governantes estaduais*”, mas no governo do pretense presidente “*vai ser também de responsabilidade do Governo Federal*”. Da criação e articulação desses espaços referenciais, emerge o sentido que aponta vantagens para o “tempo” em que José Serra for presidente.

A propriedade da contrafactualidade manifesta na Integração de espaços constituintes e constitutivos da rede referencial (de espaços mentais) desse discurso visa a conduzir a mente do enunciatário à conclusão de que o candidato José Serra é o candidato ideal para assumir a presidência da República.

Não é nossa pretensão, aqui, esgotar todas as possibilidades de construção de sentido e de identificação de estratégias argumentativas. Pretendemos, tão somente, dar uma idéia geral de como a mente humana funciona quando é ativada por expressões lingüísticas que funcionam como gatilho de todo esse processo.

4. Considerações finais

Partimos do pressuposto de que o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental e todo esse processo se dá pela construção e integração de espaços referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação. Portanto, consideramos, também, que a referenciação se dá pela criação e articulação das diversas instâncias enunciativas num plano maior que corresponde ao plano-base, no qual elas se articulam. No entanto, é necessário observar que, no processamento discursivo, as instâncias de enunciação não se atualizam na materialidade do texto como constructos linearmente ordenados, em conjuntos de enunciados dispostos linear e seqüencialmente organizados. Ao contrário, tudo isso se efetiva hipertextualmente. Na materialidade do texto tem-se, apenas, uma configuração material das expressões lingüísticas minimamente necessárias para a semantização das instâncias como domínios cognitivos do processo de referenciação. Na verdade, cada texto atualiza uma e única instância de enunciação, um espaço discursivo integrado em que se

articulam, hierarquicamente, todos os demais espaços referenciais instituídos *no e pelo* processamento discursivo que o gera.

Assim, ao analisar a construção da referência no âmbito do processamento discursivo, colocamos em cena um modelo baseado na conexão entre semântica e cognição que visa a explicitar regularidades identificadas na relação cognição-linguagem. Nesse modelo, a cognição extrapola a dimensão na qual as estruturas lingüísticas são fundamentadas apenas em princípios cognitivos naturais e passa a ser concebida como uma construção social, intersubjetiva e historicamente configurada.

5. Referências bibliográficas

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Trad.: Eduardo Guimarães.../et al./, Campinas, SP: Pontes, 1989.

CAVALCANTE, Sandra Maria Silva. **A metáfora no processo de referenciação**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da PUC/MG, 2002. (Dissertação de Mestrado)

FAUCONNIER, Gilles. **Espaces mentaux**: aspects de la construction du sens dans les langues naturelles. Paris: Les Editions de Minuit, 1984.

FAUCONNIER, Gilles e SWEETSER, Eve. **Spaces, worlds and grammar**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles, TURNER, Mark. **The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2002.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1999

MAGALHÃES, Edna Maria Santana. **A construção de instâncias enunciativas em textos escritos do português culto do Brasil**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da PUC-MG, 1998. (Dissertação de Mestrado)

MARCUSCHI, L. A. Atos de referenciação na interação face a face. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas: UNICAMP, n.41, 2001.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In.: In: KOCH, I. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-102.

MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. In: **Veredas: revista de estudos lingüísticos**. Juiz de Fora, vol. 3 - n 1,1999, p.81 - 95.

NASCIMENTO, Milton, OLIVEIRA, Marco Antônio. Referenciação, texto e hipertexto. In: **Sentido e significação**. São Paulo: Contexto, 2004, p.285-299.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec (Brasília, UNB) , 1987.

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sócio-cognitivo da referência. In: KOCH, I. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 151-168.